

Banco Mundial é parceiro do Paraná na redução da mortalidade materna

Investimentos em centros de saúde e capacitação profissional levaram a queda de 30% nos índices. Estado também busca reduzir mortalidade infantil a um dígito

[\(Rádio ONU, 04/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Uma iniciativa que une o Banco Mundial e o governo do Paraná fez a mortalidade materna cair 30% nos últimos seis anos, chegando a 46,5 por 100 mil nascidos vivos. Além disso, 85% das grávidas do estado já sabem exatamente onde vão dar à luz.

Esses são alguns dos principais resultados do programa Mãe Paranaense, que recebeu investimento de R\$ 630 milhões em centros de saúde e em capacitação dos profissionais.

Risco

O programa determina, conforme o risco da gravidez, onde a mulher fará o pré-natal e o parto. A estratificação de risco leva em conta diversos fatores, como estado de saúde, idade, escolaridade e raça. Segundo Debora Bilovus, coordenadora da rede Mãe Paranaense, o procedimento dá mais confiança às futuras mães e às equipes médicas, além de permitir melhor uso dos recursos.

“Essa gestante vai ser estratificada a cada consulta de pré-natal. Estratificar o risco dessa mulher é garantir que ela tenha um atendimento adequado e de qualidade de acordo com seu risco gestacional. A gente quer reduzir ao máximo o número de óbitos por causas evitáveis.”

Projeto

Independentemente do risco, as grávidas fazem no mínimo sete consultas e

23 exames. Para a auxiliar de limpeza Geisielen Ferreira, 33 anos, é um acompanhamento mais rigoroso do que o recebido quando ela teve o primeiro filho, aos 15. Mesmo com uma gestação de alto risco, devido a uma trombose sofrida há quatro anos, ela se sente tranquila.

“No dia que eu vim para cá, fiquei internada aqui e vi o tratamento que a gestante tem no pré-parto, a tranquilidade... Esse medo que eu tinha já foi embora.”

O investimento faz parte do Projeto de Desenvolvimento Multissetorial do Paraná, do Banco Mundial, que vai até novembro de 2019. Os próximos passos do Mãe Paranaense são levar esse atendimento a todas as grávidas e reduzir a mortalidade infantil para menos de 10 por mil nascidos vivos, um feito ainda inédito no Brasil.

Mariana Ceratti

Banco Mundial alerta para desigualdade entre mulheres brasileiras

Novo relatório mostra que origem étnica e localização geográfica ainda determinam quem terá mais oportunidades econômicas e acesso a direitos; Dia Internacional da Mulher foi comemorado em 8 de março.

Um novo estudo do Banco Mundial revela como as diferenças raciais e geográficas impactam as mulheres brasileiras em aspectos como acesso a direitos, oportunidades econômicas e uso de serviços públicos.

[\(Rádio ONU, 22/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

O relatório ainda destaca que as políticas para promover a igualdade de

gênero podem ser mais eficazes se levarem em conta as necessidades das mulheres indígenas e afrodescendentes, em especial as do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Leia mais: [Relatório da ONU aponta desafio mundial para igualar homens e mulheres](#)

Saúde materna

A equipe chegou a essa conclusão depois de analisar dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre outras fontes.

Segundo a cientista social Miriam Müller, que liderou o grupo, o Brasil evoluiu em uma série de aspectos, como acesso à educação e saúde materna, mas os benefícios não foram iguais para todas as mulheres.

“As mulheres brasileiras não estão experimentando progresso em todas as áreas da vida. As oportunidades econômicas são uma área onde ainda há muito a ser feito. Ao longo da última década, por exemplo, as disparidades entre homens e mulheres na participação no mercado de trabalho mudaram muito pouco.”

Alfabetização

Em 35 anos, o Brasil conseguiu, por exemplo, fazer com que mulheres e homens jovens tenham quase o mesmo percentual de alfabetização. Já o índice de mortalidade materna caiu, entre 1990 e 2013, de 120 para 69 a cada 100 mil nascidos vivos.

O problema é que os avanços se deram principalmente entre a população branca e das regiões Sul e Sudeste. As mulheres brancas têm, por exemplo, 9,1 anos de escolaridade, contra 7,7 anos das negras e pardas.

Mortalidade materna

Já quando o assunto é mortalidade materna, as diferenças geográficas chamam a atenção. Em Santa Catarina, por exemplo, são 36,9 óbitos por 100.000 nascidos vivos, contra 101,8 no Piauí.

O relatório do Banco Mundial alerta que essas e outras disparidades são um grande obstáculo ao desenvolvimento do país. E, por isso, precisam ser resolvidas com urgência.

Mariana Ceratti, de Brasília, para a ONU News.

**Reportagem do Banco Mundial Brasil.*

Banco Mundial lança relatório sobre lei de proteção à mulher

O Banco Mundial lança, dia 9, um relatório chamado “Fechando a brecha: melhorando as leis de proteção à mulher contra a violência”, em Brasília. O estudo analisa o impacto da legislação em relação ao casamento infantil e o estupro marital, um dos piores problemas associados ao casamento de meninas com menos de 18 anos.

[\(O Globo, 04/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Hoje, o Brasil, segundo o relatório, é o país da América Latina com maior número absoluto de casamentos antes dos 18 anos de idade e o quarto no mundo.

O país também não prevê punição para quem permite que uma menina se case em contravenção à lei ou para os maridos nesses casos. Hoje, a medida só existe em sete países da América do Sul: Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela. As meninas que se casam antes dos 18 anos têm mais chances de se tornarem vítimas de violência doméstica e estupro marital.

POR ANCELMO GOIS

Mulheres poupam menos que homens, indicam dados do Banco Mundial

Mulheres poupam menos que os homens na maior parte do mundo, mostra levantamento em 151 países feito pelo Banco Mundial em 2014.

[*\(Folha de S.Paulo, 09/01/2017 - acesse no site de origem\)*](#)

Uma das hipóteses é que existe uma “especialização do trabalho”, na qual é o marido quem cuida do dinheiro.

Mas, como mulheres solteiras também apresentam desvantagem, economistas sugerem outras causas.

Entre elas está o menor conhecimento sobre finanças, a menor inclusão bancária -as contas não ficam nos nomes delas- e a menor independência para ir até o banco -seja por restrições culturais, seja pela dupla jornada, que lhes retira tempo útil.

É uma relação de mão dupla, diz Leora Klapper, economista-chefe da equipe de pesquisa em finanças e setor privado do Banco Mundial.

Quando a conta está no seu nome, você precisa entender como as finanças funcionam, e isso traz mais resultado.

As mulheres também têm um relacionamento com o dinheiro baseado em “alta frequência e valores menores”, na definição de Klapper

Ou seja, fazem transações mais frequentes, com quantias menores, tanto na hora de pagar quanto na hora de guardar. Por isso, precisam de produtos adequados e tecnologia bancária móvel que permita transferir

quantias com facilidade e fazer pagamentos eletrônicos.

Nos dados do Banco Mundial, a diferença na porcentagem de brasileiros maiores de 15 anos que pouparam nos 12 meses anteriores à entrevista foi de 7 pontos: 28% dos homens, 25% das mulheres.

CHEFES DE FAMÍLIA

Outro estudo, feito com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, indica que, mesmo quando as mulheres brasileiras são as chefes de família, há uma defasagem entre o que elas e os homens conseguem poupar.

Os pesquisadores do Ipea Marcos Antonio Coutinho da Silveira e Ajax Reynaldo Bello Moreira avaliaram dados das duas POFs mais recentes (2002/2003 e 2008/2009).

Eles consideram o resultado difícil de explicar, já que essas mulheres, em tese, precisam de “maior volume de poupança precaucionária, uma vez que enfrentam maior incerteza no mercado de trabalho e que a maioria delas não conta com o seguro potencial representado pela renda de um cônjuge”.

Segundo eles, a “ampla evidência empírica” de que as mulheres são mais avessas ao risco justifica um estudo mais aprofundado.

NO MUNDO

No levantamento do Banco Mundial, em 87% dos países a porcentagem de homens que pouparam superava a de mulheres.

O país com maior diferença era a Arábia Saudita: 52% a 36%. Argélia, Espanha e Itália ficam logo atrás.

No outro extremo ficaram o Iêmen (15% a 25%) e a Áustria (75% a 84%).

CONCEITOS BÁSICOS

As pesquisas globais mostram também que é maior a porcentagem de homens que dominam os conceitos básicos de finanças: juros compostos,

efeito da inflação, custo-benefício e a relação entre risco e lucro.

Especialistas no tema, as pesquisadoras Annamaria Lusardi e Olivia S. Mitchell testaram os conhecimentos financeiros em vários países do mundo.

“A diferença entre sexos é persistente”, escrevem no trabalho “Educação financeira ao redor do mundo”: elas acertam menos questões e é maior a parcela feminina que diz não saber como resolver os problemas.

A vantagem masculina acontece tanto nas questões mais simples quanto nas mais complexas, e os resultados femininos são mais baixos até mesmo entre estudantes de escolas de elite muito seletivas.

Os resultados, confirmados por muitos estudos em diferentes momentos, levou vários pesquisadores a tentar entender a diferença.

“Esse debate, no entanto, está longe de ser concluído e exigirá pesquisas complementares”, afirmam as professoras.

Independentemente de gênero, as autoras mostraram que o conhecimento sobre finanças é baixo em todo o mundo, mesmo em países ricos ou nos quais o mercado financeiro é bem desenvolvido, e que a instrução nesse campo é determinante na previdência de todos os grupos etários.

O FIM E O MEIO

Elas ressaltam, porém, que educação financeira não é um fim em si mesmo, mas uma forma de permitir que as pessoas empreendam com sucesso, invistam em educação, avaliem riscos e ultrapassem obstáculos de emergência.

Professora do Warthon College (escola de negócios da Universidade da Pensilvânia), Mitchell chama a atenção para o fato de que, mesmo com incentivos fiscais para que as pessoas invistam em plano de previdência privada, uma parcela grande de pessoas acaba fora desse produto, por desconhecimento.

Em vários países, a solução tem sido promover planos de previdência

obrigatórios, ligados a empresas ou a categorias profissionais.

Alguns economistas já discutem a necessidade de desligar os planos de previdência dos vínculos trabalhistas, já que o mercado de trabalho é cada vez mais flexível.

O Banco Mundial tem defendido que a segurança financeira dos idosos e o crescimento econômico aumentam quando o governo adota três pilares: 1) previdência pública de participação obrigatória, com o objetivo de reduzir a pobreza dos mais velhos; 2) um sistema privado de previdência de participação obrigatória e 3) poupança particular voluntária.

“O primeiro pilar garante redistribuição de renda, o segundo e o terceiro dão segurança, e os três se auto-seguram para os riscos da velhice”, escrevem Lusardi e Mitchell.

Por Ana Estela de Sousa Pinto

Seminário propõe pauta de interesse das mulheres ao Congresso Nacional em 2017

O combate à violência e a elaboração de uma proposta de agenda de interesse das mulheres ao Congresso Nacional estarão em debate no [seminário Mulheres no Poder: Diálogos sobre Empoderamento Político, Econômico e Social e Enfrentamento à Violência](#), que será realizado de 13 a 15 de dezembro em Brasília. Organizado pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal, em parceria com o Banco Mundial e a ONU Mulheres, o encontro reunirá legisladoras, legisladores, representantes dos setores público e privado, entidades do movimento organizado de mulheres e organismos internacionais.

[\(ONU Mulheres, 05/12/2016 - acesse no site de origem\)](#)

De acordo com a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora especial da mulher do Senado, a intenção da bancada feminina é divulgar iniciativas legislativas em análise no Congresso e colher propostas dos movimentos organizados de mulheres para fortalecer a ação da bancada. “Queremos encerrar 2016 com sugestões ao Parlamento brasileiro de compromisso pela manutenção e aumento dos direitos das mulheres em 2017”, explica a procuradora.

“Precisamos fazer avançar a agenda de direitos das mulheres brasileiras, na sua diversidade, garantindo o aumento da participação política delas nas tomadas de decisão, enfrentar as desigualdades de gênero e raça que se acentuam nas crises econômicas e incentivar mais compromisso das autoridades e instituições com as políticas para as mulheres e orçamento para as políticas públicas”, afirma Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil.

Segundo Martin Raiser, diretor do Banco Mundial no Brasil, “a legislação brasileira em defesa dos direitos das mulheres e da igualdade entre os gêneros está entre as mais avançadas do mundo, mas muito ainda precisa ser feito para fazer valer a lei, a começar por uma maior participação de mulheres nos parlamentos, onde as brasileiras ainda possuem baixa representação quando comparadas a outros países da América Latina”. Para Raiser, “a igualdade de gênero, enquanto direito humano e política de desenvolvimento sustentável, é compromisso do Banco Mundial, que tem apoiado a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal e da Câmara dos Deputados em seus esforços para promover uma legislação que leve em conta as questões de gênero e o seu monitoramento”.

O encontro será dividido em quatro painéis temáticos onde serão discutidos indicadores de violência contra a mulher, por meio de experiências nacionais e internacionais de Observatórios de Monitoramento da Violência de Gênero; a presença das mulheres no universo político; o empoderamento feminino no setor privado; e a pauta de reivindicações do movimento organizado de mulheres e entidades do terceiro setor.

Uma palestra sobre orçamentos sensíveis a gênero, na qual serão conhecidas iniciativas referentes à dotação eficiente de recursos públicos e transparência na prestação de contas em favor da equidade gênero, encerrará o evento.

Todas as mesas contarão com a presença de parlamentares, mediadoras(es) e relatoras(es), que deverão sistematizar a discussão de cada painel e produzir o documento final, a ser apresentado às lideranças do Congresso Nacional em favor da promoção do empoderamento feminino em todos os setores da sociedade.

Solenidade de abertura - O seminário terá início no dia 13 de dezembro (terça-feira), às 19h, no Museu da República.

Na oportunidade, entidades e órgãos promotores, autoridades e lideranças darão boas-vindas às delegações. A abertura do evento também será palco para o lançamento de quatro livros de mulheres estudiosas do tema de igualdade de gênero e empoderamento feminino.

Após o ato, ocorrerá a premiação do concurso de vídeos por celular “Um minuto contra a violência”, promovido pela Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. A cerimônia será encerrada com uma apresentação cultural para celebração e conagração entre participantes.

Os trabalhos dos painéis ocorrerão nos dias 14 e 15 de dezembro no Auditório Petrônio Portella do Senado Federal, nos períodos da manhã e da tarde.

A programação completa pode ser acessada na página do Seminário: www.seminariomulheresnopoder.com.br

Assessoria de imprensa - Procuradoria da Mulher do Senado
Lunde Braguini e Ramila Moura
Telefones: (61)3303.1713 e 3303.1714

Assessoria de Comunicação - ONU Mulheres Brasil
Isabel Clavelin - isabel.clavelin@unwomen.org
(61) 3038.9140 | 98175 6315

Como fazer uma campanha de sucesso contra a violência de gênero

Estudo revela por que a maioria das iniciativas não produz o impacto social desejado

Pare por um minuto e tente se lembrar da última campanha ou iniciativa que você viu contra a violência de gênero. Quanto tempo ela durou? Voltava-se a ambos os sexos ou apenas um deles? O que ela lhe provocou: desejo de agir ou indiferença? As pessoas ao seu redor foram influenciadas positivamente?

[\(El País, 03/10/2016 - Acesse no site de origem\)](#)

Se o projeto deu poucos frutos, existe a possibilidade de que tenha falhado na duração, na frequência das mensagens, no público-alvo, na comunicação ou em todos os fatores ao mesmo tempo. Trata-se da conclusão de uma pesquisa global feita sobre o que funciona ou não nas iniciativas contra a violência de gênero.

Tais falhas ainda são extremamente comuns, a julgar pelas estatísticas: uma em três mulheres já sofreu violência física ou sexual, segundo a Organização Mundial da Saúde; na América Latina, uma pesquisa realizada em 12 países descobriu que entre 25% e 50% das mulheres já sofreram violência por parte de um companheiro. E, também, pelo trabalho realizado desde 2012 pelo Banco Mundial e a Universidade George Washington (EUA).

Depois de analisar 290 avaliações de impacto, os pesquisadores de ambas as instituições encontraram apenas 27 iniciativas que ajudaram a reduzir a violência contra mulheres e meninas. O resultado fica ainda mais intrigante quando se descobre que 80% das iniciativas bem-sucedidas vêm de países desenvolvidos, principalmente Estados Unidos e Canadá.

“Não é que não existam boas iniciativas nos países em desenvolvimento ou na América Latina, mas muitas delas acabam não sendo objeto de artigos acadêmicos com avaliações de impacto como os que estudamos”, explica a colombiana Diana Arango, especialista do Banco Mundial em violência de gênero e desenvolvimento.

A mesma falta de uma avaliação de impacto considerada rigorosa justifica o fato de a Lei Maria da Penha não ter entrado no estudo, apesar de ela ser reconhecida como um modelo global. “Ao traduzir nossos dados em recomendações práticas, descobrimos que as iniciativas de sucesso têm muitos elementos em comum com a Lei, como o enfoque multissetorial (ou seja, que envolve os setores de justiça, saúde, etc.)”, destaca a especialista.

A equipe de pesquisa avaliou iniciativas tanto de prevenção quanto de resposta para todos os tipos de violência — de casamento infantil a feminicídios — e reuniu as boas práticas em um documento publicado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Universidade George Washington e o Centro Internacional de Pesquisas sobre as Mulheres. Conheça a seguir algumas delas.

Políticas públicas

O estudo é enfático ao defender a reforma de leis e políticas para que elas contemplem a violência contra mulheres e meninas, bem como a idade mínima para casamento e consentimento sexual. Também é importante que sejam revisadas as legislações referentes a divórcio, custódia dos filhos, direitos sobre a propriedade, entre outras, para eliminar os obstáculos que impedem as mulheres de se proteger e obter reparação. O machismo dentro do judiciário e outros setores do Estado é outro tema importante abordado no documento. Para mudar mentalidades, é fundamental oferecer constantemente capacitações e intervenções de sensibilização para os profissionais de todos os níveis, segundo o documento.

Envolvimento comunitário

As iniciativas de sucesso envolvem toda a comunidade, não apenas as autoridades da polícia ou os líderes religiosos, por exemplo. Incluem homens

e mulheres (mesmo que não formem casais), crianças, adultos e idosos. É importante que as atividades questionem os papéis de gênero, discutam as relações de poder e busquem maneiras não violentas de resolver os conflitos. Tudo ajuda a dar fim a um ciclo de violência evidenciado com estatísticas: crianças que crescem com a violência doméstica têm duas vezes mais chances de se tornarem agressoras ou vítimas que as demais, segundo estudos.

Longa duração

Para dar certo, as atividades precisam durar pelo menos seis meses e contar com intervenções regulares (uma ou duas vezes por semana, por exemplo). Caso contrário, podem não surtir impacto e até causar o efeito contrário: aumentar a violência contra mulheres e meninas. “Iniciativas de curto prazo, como um treinamento de uma semana onde uma pessoa chega, pensa que vai mudar as normas e atitudes de um grupo, vai embora e não dá continuidade, não funcionam. Esse é um tipo de intervenção que não deveria mais ser feito”, comenta Diana Arango.

Comunicação intensiva

“Atividades de desenvolvimento econômico, como microcrédito para mulheres, não funcionam por si só. É importante que elas também contem com grupos de discussão sobre empoderamento, direitos, relações no lar”, acrescenta a especialista. Para estimular a conversa, cartazes, vídeos, histórias em quadrinhos e peças de teatro têm um papel importante. Mas é preciso que o conteúdo esteja em sintonia com o jeito local de se comunicar e faça repensar, a longo prazo, as relações entre homens e mulheres. Do contrário, será apenas mais uma campanha a ser esquecida quando terminar.

Mariana Kaipper Ceratti é produtora online do Banco Mundial

Banco Mundial analisa iniciativas eficientes contra violência de gênero

Atividades devem ser de longo prazo e envolver toda a comunidade, segundo análise feita em 290 avaliações de impacto.

O Banco Mundial apresentou nesta quinta-feira, em Brasília, durante o 10º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os resultados de uma pesquisa global que mostra as práticas mais eficientes contra a violência de gênero.

[\(Rádio ONU, 23/09/2016 - Acesse no site de origem\)](#)

O trabalho, realizado desde 2012 com a Universidade George Washington, nos Estados Unidos, revela alguns pontos em comum entre essas práticas.

Infância

Elas duram pelo menos seis meses, investem em comunicação e abrangem toda a comunidade, mulheres e homens, desde a infância até a terceira idade. No caso dos países mais pobres, ainda associam atividades de desenvolvimento econômico, como microcrédito para mulheres, à capacitação sobre igualdade de gênero.

Para chegar às conclusões, a equipe de estudos analisou 290 avaliações de impacto e encontrou 27 intervenções que de fato diminuíram a violência contra mulheres e meninas.

Oitenta por cento delas estão nos países desenvolvidos, em especial nos Estados Unidos e no Canadá. Mas os pesquisadores também encontraram na América Latina, mais especificamente na Costa Rica, boas iniciativas para diminuir os feminicídios.

Falando em espanhol, a colombiana e especialista em gênero Diana Arango, do Banco Mundial, explicou o que reduz a eficiência dessas atividades.

“O que não funciona são iniciativas de curto prazo. O que não funciona é um treinamento de uma semana onde uma pessoa chega, pensa que vai mudar as normas e atitudes de um grupo, vai embora e não dá continuidade. Esse é um tipo de intervenção que não deveria mais ser feito por ser um investimento que não funciona.”

As recomendações foram reunidas em um documento publicado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O relatório está disponível online para todos os profissionais que trabalhem com desenvolvimento e desejem incluir em seus projetos atividades contra a violência de gênero.

Mariana Ceratti, de Brasília, para a Rádio ONU.*

**Reportagem do Banco Mundial Brasil*

Políticas de promoção da igualdade racial são abordadas em encontro entre SEPPIR e Banco Mundial

Entre os destaques, a reformulação do Plano de Enfrentamento à Violência contra a Juventude Negra, o Juventude Viva, e o Programa Brasil Quilombola (PBQ), ambos do governo federal

[\(Seppir, 21/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Em reunião nesta terça-feira (20), na SEPPIR, a Secretária Luislinda Valois discutiu políticas públicas para a igualdade racial com representantes do Banco Mundial. Na pauta, ações voltadas às minorias, com destaque para a reformulação do Plano de Enfrentamento à Violência contra a Juventude

Negra, o Juventude Viva, e Programa Brasil Quilombola (PBQ), ambos do governo federal.

Pela instituição bancária, estiveram presentes o líder global de prevenção da violência e conflito, Markus Kostner, a consultora especialista em desenvolvimento social e prevenção da violência, Flavia Carbonari, e o especialista sênior em desenvolvimento social, Alberto Costa.

“Temos que pensar na problemática da violência contra os jovens pretos, pobres e da periferia, na situação das encarceradas, nos problemas que atingem a população negra no Brasil e buscar soluções”, disse a titular da SEPPIR, Luislinda Valois.

Segundo Luislinda, outra prioridade é a geração de emprego e renda, além da consolidação de políticas afirmativas reparativas e inclusivas. “São muitas as necessidades do nosso povo preto”, afirmou.

A possibilidade de parceria foi levantada pela Secretária, que disse ser essencial somar esforços. “Queremos os negros nos espaços de poder, somos competentes, o que nos falta é a oportunidade de mostrarmos a nossa competência”.

Na ocasião, o líder global Markus Kostner ressaltou a importância dos estudos socioeconômicos realizados pelo Banco, com foco nas comunidades indígenas brasileiras e quilombolas. “Análise, trabalho e prevenção de crimes e violências estão entre as nossas ações”, disse o líder.

Barreiras à mulher no trabalho atrasam desenvolvimento, diz

Banco Mundial

Conquistar Objetivo número 5 de Desenvolvimento Sustentável relacionado à igualdade de gênero tem desafios legais e práticos, apontam especialistas. América Latina e Caribe são uma das regiões em desenvolvimento com maior percentual de mulheres em cargos de gerência.

[\(Rádio ONU, 31/08/2016 - acesse no site de origem\)](#)

As mulheres latino-americanas superaram os homens em termos educacionais. Segundo dados do Banco Mundial, há 7% mais mulheres que homens nas escolas secundárias e 30% mais no ensino superior.

Mas essa vantagem se reflete apenas parcialmente no mercado de trabalho regional.

Empresas

Em comparação com outras regiões em desenvolvimento, América Latina e Caribe são uma área com mais participação da mulher em papéis de gerência.

Dados analisados pelo Banco Mundial entre 2010 e 2016 revelam que 39,8% das empresas da região têm uma mulher entre os donos, por exemplo. O percentual só é menor do que os do Leste da Ásia e Pacífico e da Europa do Leste e Ásia Central.

Por outro lado, a participação laboral da mulher nos 10 primeiros anos da década de 2000, quando a América Latina viveu alto crescimento econômico, aumentou apenas três pontos percentuais.

Evolução

Foi uma evolução tímida comparada com a que houve nos anos 1990. Nesse período, o percentual de mulheres que trabalhavam ou estavam ativamente buscando emprego passou de 53% a 62%, de acordo com o Centro de Estudos Distributivos, Trabalhistas e Sociais da Universidad de La Plata, da Argentina.

As discrepâncias no mercado de trabalho não só da América Latina, mas de todo o mundo, estão entre os alvos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 5, das Nações Unidas.

O ODS 5 busca a igualdade entre os gêneros e o empoderamento de todas as mulheres na vida econômica, política e pública.

Contratação

Conquistar tais objetivos até 2030 promete ser um grande desafio não só do ponto de vista legal, mas também prático.

Em 60% de todos os países, falta legislação que garanta oportunidades iguais na hora da contratação, pagamento igual para tarefas com o mesmo valor e a chance de a mulher fazer o mesmo trabalho que o homem. E mais: 83% das empresas do mundo têm um homem como principal gerente.

Outro obstáculo está na questão da licença-maternidade. Embora quase todos os países deem esse direito às trabalhadoras, cerca de metade não garante que elas mantenham o cargo ao voltar ao trabalho.

Tudo isso faz com que as mulheres tenham oportunidades econômicas limitadas, o que atrasa o desenvolvimento, como informa o Banco Mundial no estudo Indicadores de Desenvolvimento Global 2016.

Em compensação, quando a mulher tem acesso a meios produtivos, ela conquista também uma forma de sair da pobreza, segundo a instituição.

*Mariana Ceratti, de Brasília, para a Rádio ONU.**

**Reportagem do Banco Mundial Brasil.*

Lei Maria da Penha é referência global, segundo Banco Mundial

(Rádio ONU, 08/08/2016) Mesmo nos países que têm leis contra violência doméstica, 33% não penalizam as agressões; lei brasileira, pelo contrário, criou mecanismos de proteção pouco comuns no resto do mundo.

Um relatório do Banco Mundial feito em 173 países revela que 25% deles ainda não contam com leis para proteger as mulheres da violência doméstica.

O estudo Mulheres, Empresas e o Direito 2016 traz outros dados preocupantes. Mesmo nos países que têm legislação na área, 33% não atribuem pena às agressões, um quarto não trata da violência sexual e em quase 40% não existe a figura da violência patrimonial. Ou seja, quando o homem produz dano parcial ou total aos bens ou recursos econômicos da mulher.

Referência Global

Por contemplar esses e outros tipos de violência e buscar atender a vítima de modo integral, a Lei Maria da Penha é uma referência, segundo o relatório do Banco Mundial.

A lei, que completa 10 anos neste domingo, fez o número de feminicídios aumentar a um ritmo mais lento. De acordo com o Mapa da Violência 2015, o índice de crescimento caiu a 2,5% ao ano no período após a adoção da lei, contra os 7,6% do período anterior a ela.

Paula Tavares, da equipe de pesquisa do estudo Mulheres, Empresas e o Direito 2016, explica que os instrumentos presentes na Lei Maria da Penha são pouco usuais nas legislações de outros países.

“Ela inclui, por exemplo, mecanismos para implementação, como acesso a Justiça, com a criação de assistência especializada para a mulher; ela cria o trato da questão da assistência social, de saúde e na área de trabalho para a mulher; cria mecanismos de proteção bastante avançados, inclusive de prisão

preventiva para os agressores, coisas que de fato não são comuns nas legislações do mundo.”

Violência

O estudo Mulheres, Empresas e o Direito é publicado desde 2009 e avalia como as leis criam obstáculos ou incentivam a inserção da mulher no mundo econômico. A questão da violência doméstica passou a ser analisada na edição de 2014 e ainda não se sabe o quanto ela custa à economia global. Paula Tavares explica, no entanto, que já se estudam os efeitos sobre o mercado de trabalho.

“A mulher que sofre violência doméstica pode não conseguir sair de casa para trabalhar, por exemplo. A gente cobre também a questão do assédio sexual como parte dos dados de violência contra a mulher. A mulher que sofre violência ou assédio sexual no trabalho de alguma forma pode ficar inibida e não conseguir trabalhar direito, enfim, tem toda uma consequência nesse sentido.”

Uma conclusão importante do relatório do Banco Mundial é que as leis por si só não bastam para diminuir a violência. Para os autores, se a lei for mal estruturada, mal implementada ou pouco fiscalizada, acaba tendo pouco efeito sobre a desigualdade de gênero.

Mariana Ceratti

Acesse no site de origem: [Lei Maria da Penha é referência global, segundo Banco Mundial \(Rádio ONU, 08/08/2016\)](#)